

A CONCORDÂNCIA NOMINAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL À LUZ DA TEORIA DE PRINCÍPIOS-E-PARÂMETROS E DA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA.*

Lucia LOBATO (Universidade de Brasília)

ABSTRACT: This paper tries to relate Scherre's (1988, in Press) sociolinguistic work on the variation in the use of plural markers within nominal expressions in Brazilian Portuguese to a principles-and-parameters work on nominal agreement.

0. Introdução

A concordância nominal no português do Brasil tem sido objeto de análise tanto no âmbito da teoria de princípios-e-parâmetros quanto da sociolinguística variacionista. Procuraremos relacionar entre si duas propostas precisas sobre o tema - a proposta de princípios-e-parâmetros de Lobato (1993a,b) e a proposta variacionista de Scherre (1988, no prelo) -, com o objetivo de examinar como a pesquisa sobre língua pode avançar a partir do reconhecimento dos resultados alcançados por ambas.

1. A proposta de Lobato sobre a concordância dos adjetivos

A partir do contraste entre a distribuição dos adjetivos do português e do inglês, em Lobato (1993a,b) propusemos que há línguas em que os adjetivos são atribuidores de Caso, e línguas em que não são, e que há uma complementariedade entre Caso e concordância.

1.1. Algumas distinções semânticas prévias

A análise proposta em Lobato (1993a,b) se baseia em alguns conceitos que convém esclarecer. Primeiramente, faz uso do conceito de denotação em (1).

(1) Denotação é a relação entre as propriedades semânticas abstratas

de uma expressão (i.e., sua intensão) e o conjunto de referentes potenciais para essa mesma expressão (i.e., sua extensão).

Por exemplo, o substantivo *cachorro* é associado com a propriedade semântica CANINO, que leva à identificação dos animais do mundo real que denominamos de cachorros, e a denotação dessa palavra é a relação entre essa propriedade semântica e esses animais (i.e., o fato de essa propriedade semântica apontar para esses animais). (Evidentemente, não só os substantivos são capazes de denotar - orações, por exemplo, também denotam.)

Faz também uso de uma distinção entre expressão-P (redicativa), expressão-D (enotativa), expressão-R (eferencial), e proposição, como em (2).

- (2) a. Uma expressão-P é uma expressão lingüística semanticamente interpretada como um conjunto de predicados semânticos sem nenhuma função referencial (quer potencial ou atual).
- b. Uma expressão-D é uma expressão lingüística semanticamente interpretada como um conjunto de predicados semânticos que tem uma função potencial de referência a indivíduos (de onde poder ser interpretada como denotando uma classe de indivíduos).
- c. Uma expressão-R é uma expressão lingüística semanticamente interpretada como um conjunto de predicados semânticos com um referente atual.
- d. Uma proposição é uma expressão lingüística composta de dois conjuntos de predicados semânticos - um com um papel referencial individual (quer potencial quer real) e o outro com um papel predicativo - e com a função de denotar a relação entre esses dois conjuntos.

Portanto, uma expressão-D tem a função semântica de donotar um referente, enquanto uma expressão-P não tem. Os adjetivos são inerentemente expressões-P, porque não têm referentes em potencial, enquanto os nomes são geralmente expressões-D, porque em geral têm referentes em potencial. Pode acontecer de uma expressão-P conter uma

expressão-D, como em *mero professor*: a seqüência toda é uma expressão-P, porque só tem função predicativa e não denota um referente em potencial, mas contém um NP interno (*professor*), que é uma expressão-D.

Por sua vez, o que identifica as expressões-R é o caráter atual de seu referente, quer seja ele genérico ou específico, definido ou indefinido, em contraste com as expressões-D, que só têm referentes virtuais e assim são interpretadas como nomeando classes.¹ Mais precisamente, as expressões-R apontam para membros reais da classe (todos os membros ou uma parte específica deles; um número definido de membros ou um número indefinido). Elas podem ser NPs (por exemplo, no caso de nomes próprios ou de NPs no plural) ou DPs.

Apesar de as proposições também terem função denotativa, pois denotam uma relação entre certos indivíduos e certas propriedades, temos reservado o termo expressão-D para as seqüências que denotam um referente individual em potencial (o que, sob outra perspectiva, significa que denotam a classe desses indivíduos). Logo, o que distingue uma proposição de uma expressão-D é que numa expressão D o conjunto total de predicados é associado a um único índice referencial, enquanto numa proposição a presença de um tal índice é associado só a um dos dois conjuntos de predicados da seqüência.

Uma distinção semântica importante na literatura lingüística recente é a entre predicados de nível individual e predicados de nível de situação (cf. Carlson, 1977; Kratzer, 1989). Por exemplo, em *os brasileiros industriais* o adjetivo é um predicado de nível individual (ele predica um atributo do indivíduo), e em *um computador disponível*, é um predicado de nível de situação (ele predica um atributo espaço-temporal do indivíduo).

Entretanto, essa distinção tem o grande inconveniente de levar a se tratar todos os adjetivos como predicando uma propriedade, enquanto é preciso separar o uso denotativo do uso predicativo dos adjetivos. Levando em conta a oposição entre expressão-D, expressão-P e proposição, e a entre adjetivos de nível individual e de situação, apontamos pelo menos três usos para os adjetivos dentro de uma expressão nominal:

- (i) um uso formador de expressão-D (quando se combinam com um núcleo nominal e projetam uma expressão que denota uma nova classe de indivíduos), como em *engenheiro civil* e *livro azul*;
- (ii) um uso formador de expressão-P (quando se combinam com uma expressão nominal e projetam uma expressão-P), como em *meras crianças* e *lindas crianças*;
- (iii) um uso formador de proposição de nível de situação (quando se combinam com uma expressão nominal e projetam uma expressão que denota uma relação entre um indivíduo e uma propriedade espaço-temporal), como em *um computador disponível*.

Com base nessas distinções, algumas não explicitadas em Lobato (1993a), a proposta se refere aos adjetivos em (i) como [+D], aos em (ii) como [+P] e aos em (iii) como [+S].²

- (3) a. Um adjetivo é [+D] sse a seqüência que forma com uma expressão nominal é uma expressão-D.
- b. Um adjetivo é [+P] sse a seqüência que forma com uma expressão nominal é uma expressão-P.
- c. Um adjetivo é [+S] sse a seqüência que forma com uma expressão nominal é uma proposição de nível de situação.

Finalmente, a análise propõe uma distinção entre dois tipos de leitura semântica para os adjetivos: a leitura de adição-de-predicado e a leitura predicativa.

Na leitura de adição-de-predicado, o predicado (abstrato) expresso pelo adjetivo é adicionado aos predicados (denotativos e abstratos) nominais, formando-se um conjunto de predicados que simultaneamente denotam o mesmo referente x , como em *engenheiro civil*. Nesse caso, o núcleo nominal é uma expressão-D, e a seqüência resultante também é uma expressão-D. Essa leitura está esquematizada em (4a).

Na leitura predicativa, o atributo expresso pelo adjetivo é predicado da expressão nominal global (o que inclui as propriedades semânticas e o índice referencial), como em *Os brasileiros, industriais, vencerão a crise* (Note-se que neste exemplo tem-se um quarto uso do adjetivo, em que ele se combina com uma expressão-R para formar outra expressão-R.). Essa leitura está esquematizada em (4b).

- (4) a. Leitura de adição-de-predicado=
 x [propriedades semânticas nominais, propriedade semântica
 adjetival]
 b. Leitura predicativa =
 [x [propriedades semânticas nominais]] propriedade
 semântica adjetival]

1.2. As estruturas sintáticas dos adjetivos dentro de expressões nominais

Com relação às estruturas sintáticas, em Lobato (1993a) adotamos, sem argumentar, por falta de espaço, a proposta em Lobato (1993b, em preparação), de que os adjetivos, dentro de uma expressão nominal, podem ocorrer em estrutura de adjunção ou complementação.

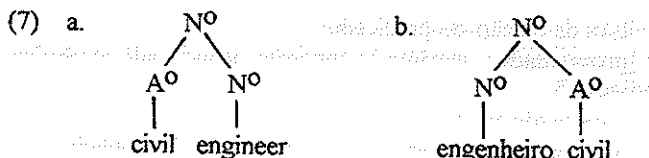
1.2.1. Estruturas de adjunção a núcleo

Os adjetivos são estritamente [+D] em exemplos como os em (5a) e (6b). Como ilustrado no contraste entre (5) e (6), o inglês os coloca sempre pré-nominalmente, e o português sempre pós-nominalmente

- (5) a. civil engineer, natural sciences, nervous system
 b. *engineer civil, *sciences natural, *system nervous
 (6) a. *civil engenheiro, *naturais ciências, *nervoso sistema
 b. engenheiro civil, ciências naturais, sistema nervoso

Nesses exemplos os adjetivos não são predicativos. Antes, acrescentam uma nova propriedade às propriedades denotativas do substantivo. A seqüência resultante denota então uma nova classe cuja extensão é um subconjunto da extensão da classe denotada pelo substantivo sozinho.

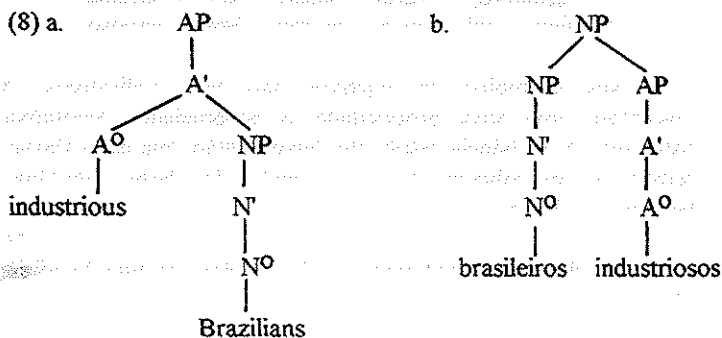
Esses adjetivos estritamente [+D] têm uma estrutura de adjunção a núcleo:



Entre as evidências a favor dessa proposta tem-se, por exemplo, o fato de captar a interpretação semântica (nessas construções, o adjetivo é interpretado como não-predicador de propriedade exatamente porque compõe a formação de um núcleo nominal) e o fato de explicar automaticamente a impossibilidade de expansão oracional dos adjetivos em questão (na expansão oracional, em vez de um núcleo se obteria uma projeção máxima, mas só um núcleo pode ser gerado na base em adjunção a um núcleo, numa extensão da proposta de Chomsky (1986b) sobre deslocamento para núcleo).

1.2.2. Estruturas de adjunção a sintagma e estruturas de complementação

Na nossa proposta, os adjetivos predicadores de propriedade, do inglês e do português, são analisados como tendo uma estrutura de complementação não-temática quando pré-nominais, e uma estrutura de adjunção quando pós-nominais, como em (8).³



A estrutura de complementação não-temática em (8a) compartilha algumas similaridades com as projeções flexionais do VP. Em ambos os casos, temos projeções estendidas: o AP em (8a) é uma projeção estendida do NP do mesmo modo que o IP (considerando-se a análise

convencional da flexão verbal) é uma projeção estendida do VP. Logo, o AP em (8a) é uma projeção nominal, do mesmo modo que o IP é uma projeção verbal. Além disso, o NP em (8a) é um complemento funcional do A⁰, do mesmo modo que o VP é um complemento funcional de I⁰.

Em Lobato (1993b, em preparação) fornecemos várias evidências a favor dessa proposta, e apontamos duas aqui. Uma delas é a explicação automática dos fatos distribucionais. Por exemplo, ela explica por que os adjetivos pós-nominais podem, e os pré-nominais não podem, ter um complemento temático:

- (9) a. *a [proud of his children] father
 b. a father [proud of his children]
- (10) a. *um [orgulhoso de seus filhos] pai
 b. um pai [orgulhoso de seus filhos]

Aceitando-se que os adjetivos pré-nominais têm uma estrutura de complementação, (9a) e (10a) são agramaticais, porque o complemento funcional e o complemento temático estão competindo pela mesma posição estrutural. Então, se *proud* e *orgulhoso* tomam os NPs *father* e *pai* como seus respectivos complementos funcionais, não há mais uma posição disponível para um complemento temático. Por outro lado, no caso de uma estrutura com complemento temático, os adjetivos *proud* e *orgulhoso* tomariam *his children* e *seus filhos* como seu complemento, respectivamente, e não haveria mais uma posição disponível para o complemento funcional. Sob uma estrutura de adjunção semelhante a (8b), é possível predicar *proud of his children* e *orgulhoso de seus filhos* de *father* e *pai*, respectivamente, como em (9b) and (10b), porque agora os adjetivos projetam um AP adjungido a um NP, e então podem projetar seu próprio complemento temático dentro desse AP. Além do mais, essas estruturas explicam por que essa restrição de núcleo somente vigora para o adjetivo (o núcleo nominal pode ter um complemento temático quer o adjetivo seja pré-nominal ou pós-nominal: *a writer of short stories proud of himself* / *um escritor de contos orgulhoso de si mesmo*; *a proud writer of short stories* / *um orgulhoso escritor de contos*): é assim porque em ambas as estruturas o núcleo nominal projeta um NP sem uma estrutura de complementação interna.

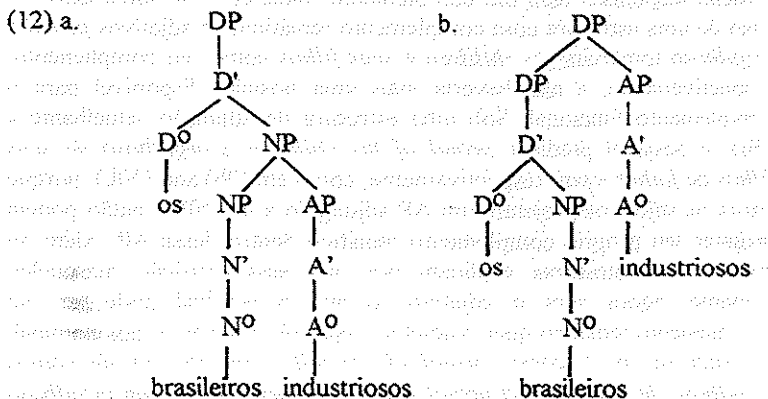
Outra evidência é o fato de essa diferença estrutural entre os adjetivos pré- e pós-nominais, sugerida em (8), permitir uma explicação

simples e natural para as diferenças semânticas entre esses dois tipos de ocorrência dos adjetivos do português. A estrutura de complementação dos adjetivos pré-nominais permite explicar a intuição de que esses adjetivos são subjetivos: assim é porque eles projetam APs, que são por definição uma categoria predicativa, e, como veremos adiante, o português não dispõe de nenhum mecanismo adicional que lhe permita tratar APs de outro modo. Portanto, quando se tem uma sequência de adjetivo+nome, nessa ordem, em português, tem-se sempre uma expressão-P. Por sua vez, a estrutura de adjunção dos adjetivos pós-nominais permite explicar a distinção semântica entre adjetivo restritivo/apositivo. Por exemplo, a diferença entre (11a) e (11b) é um reflexo de haver predicação sobre uma expressão-P em (11a) e sobre uma expressão-R em (11b).

(11) a. Os brasileiros industriais vencerão a crise.

b. Os brasileiros, industriais, vencerão a crise.

I.e., nessa proposta as estruturas de (11a,b) são, respectivamente, (12a,b), e as leituras restritiva e apositiva são uma consequência do fato de o AP estar adjungido a uma expressão-P em (11a), e a uma expressão-R em (11b).



1.3. A ordem dos adjetivos ingleses e portugueses dentro de expressões nominais

1.3.1. A tipologia dos adjetivos do inglês e do português

Nas citadas obras observamos que os adjetivos [+D] se colocam sempre pré-nominalmente em inglês e sempre pós-nominalmente em português.

Quanto aos adjetivos [+P], observamos que se colocam sempre pré-nominalmente em ambas as línguas. Se o adjetivo expressa uma propriedade que só pode ser interpretada com valor predicativo, como é o caso de *mere/mero*, o português, do mesmo modo que o inglês, só pode colocá-lo pré-nominalmente (*a mere child/*a child mere; uma mera criança/*uma criança mera*). Caso o adjetivo expresse uma propriedade que também possa ser interpretada como ajudando na denotação do referente, poderá ocorrer pré- e pós-nominalmente em português, como em *lindas meninas/meninas lindas*, mas a sequência com o adjetivo pré-nominal não terá função denotativa, enquanto a com o adjetivo pós-nominal terá.

Quanto aos adjetivos [+S], notamos que se colocam sempre pós-nominalmente em ambas as línguas, como em (13), em que o atributo adjetival é predicado do referente nominal, mas como uma propriedade espaço-temporal.

- (13) a. The only computer available is that one.
b. O único computador disponível é aquele.

No contraste em (14a,b), apontado por Bolinger (1972), que corresponde ao contraste em (15a,b), respectivamente, fica evidente a diferença entre o emprego [+S] e [+D] do adjetivo (Observe-se que Bolinger (1972) apontou a similaridade entre (14a,b) e as expansões com *ser* e *estar* em espanhol).

- (14) a. The only visible stars are Aldebaran and Sirius.
b. The only stars visible are Aldebaran and Sirius.
(15) a. As únicas estrelas que são visíveis são Aldebaran e Sirius.
b. As únicas estrelas que estão visíveis são Aldebaran e Sirius.

Em (14a) o adjetivo recebe uma interpretação [+D], e nesse caso é expandido com a cópula de predicação individual *ser* em português, como em (15a). Em (14b) o adjetivo recebe uma interpretação [+S] e

nesse caso é expandido com a cópula de predicção de situação *estar* em português, como em (15b).

Resumindo, tem-se:

- (i) a presença do traço [+D] sistematicamente leva os adjetivos do inglês a ocorrerem pré-nominalmente e os adjetivos do português a ocorrerem pós-nominalmente;
- (ii) a presença do traço [+S] leva os adjetivos de ambas as línguas a ocorrerem pós-nominalmente;
- (iii) os adjetivos [+P] têm de ocorrer pré-nominalmente em inglês, e no português ocorrem em ambas as posições.

Dai então concluímos que se tem as seguintes ordens:

Inglês: [+P] [+D] N [+S]
 Português: [+P] N [+D] [+S]

1.3.2. Um parâmetro de caso nos adjetivos

Depois de mostrarmos que o inglês e o português compartilham a mesma ordem para os adjetivos [+P] e [+S] e só divergem quanto à ordem dos adjetivos [+D], em Lobato (1993a,b, em preparação) sugerimos que o contraste sistemático entre os adjetivos com o traço [+D] é uma distinção paramétrica, pelos seguintes fatos:

- (i) trata-se de uma distinção esquerda/direita, e outras distinções paramétricas independentemente propostas dizem respeito a uma distinção esquerda/direita (por exemplo, a diferente colocação dos complementos pelas diferentes línguas é tratada como uma consequência do parâmetro "os núcleos regem para a esquerda/os núcleos regem para a direita");
- (ii) a ordem dos adjetivos [+D] numa língua vale para todos os níveis de construção X-barra - construção com N^o (*civil engineer/engenheiro civil*) e construção com NP (*blue book/livro azul, good doctor/médico bom*); o que faz pensar que ela decorre de algo mais geral; além do mais, como para os adjetivos estritamente [+D] qualquer uma das ordens vai gerar exatamente o mesmo tipo de estrutura com exatamente a mesma interpretação semântica, se não houvesse um parâmetro em jogo não se teria como explicar o

porquê de as línguas se aterem a uma dada escolha e não admitirem variação livre entre as duas ordenações possíveis;

- (iii) a interpretação [+D] só ocorre quando tanto o adjetivo quanto o substantivo mantêm seu caráter de núcleo morfológico (daí que *criança carente* pode ser uma expressão-D, mas *criança carente de carinho* não), o que está de acordo com a conclusão de Chomsky (1989) de que parâmetros só envolvem núcleos.

O parâmetro em questão, segundo esse enfoque, concerne aos adjetivos em geral, como em (16), e não só aos adjetivos [+D], e diz respeito a Caso.⁴

- (16) Parâmetro de Caso nos adjetivos
- Os adjetivos são portadores de um traço de Caso
 - Os adjetivos não são portadores de um traço de Caso.

1.4. Adjetivos portadores e não-portadores de um traço de Caso

1.4.1. A derivação de adjetivos [+D]

Na referida análise, propusemos que a restrição do português sobre os adjetivos pré-nominais pode ser generalizada como em (17). Quanto ao inglês, tem-se (18).

- (17) a. Toda seqüência portuguesa de [A+N], nessa ordem, é uma expressão-P.
 b. Nenhuma seqüência portuguesa de [A+N], nessa ordem, é uma expressão-D.

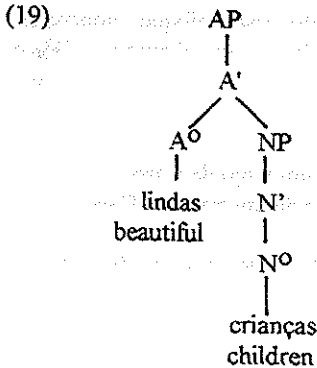
- (18) Uma seqüência inglesa de [A+N], nessa ordem, pode ser uma expressão-P ou uma expressão-D.

A questão em relação a (17) e (18) é: Dado que tanto em inglês quanto em português os adjetivos pré-nominais projetam APs que são projeções estendidas de NPs, como explicar que o inglês possa dar uma interpretação denotativa a uma tal estrutura e o português não?

A resposta a essa pergunta, em Lobato (1993a,b, em preparação), foi que os adjetivos ingleses são portadores de um traço de A (tribuição) de C(aso), e os portugueses não.

1.4.1.1. Modos linguísticos de se projetar um adjetivo [+D]

Resumidamente, a nossa argumentação a favor de os adjetivos do inglês serem atribuidores de Caso, e os do português não, se processou como a seguir. A seqüência portuguesa *lindas crianças* e a seqüência inglesa *beautiful children* recebem a mesma estrutura de complementação, como em (19).



Em ambas as línguas, essas seqüências podem ser uma expressão-P e uma expressão-R. Mas só a inglesa pode ser uma expressão-D. Tem-se então de explicar por que a seqüência inglesa pode receber poder denotativo, e a portuguesa não. O AP em (23) é uma expressão nominal, por ser uma projeção estendida do NP encaixado. Mas como é um AP, é por definição também uma categoria predicativa. Logo, seu licenciamento como um argumento ou como um predicado é simples e natural. Seu uso predicativo ocorre, por exemplo, em seqüências de predicação pragmática (i.e., seqüências constituídas só do predicado e que formam um enunciado completo em virtude de haver predicação de um argumento extralingüístico (i.e., de um indivíduo do mundo real)) como em (20a,a'). Nesses exemplos os APs são expressões-P. Seu uso argumental ocorre em seqüências como (20b,b'), em que a relação de predicação linguística com uma categoria inerentemente referencial (T) torna necessária a interpretação como expressão-R, como resultado do processo de combinação de traços (ing.: feature matching).

(20) a. Lindas crianças!

a'. Beautiful children!

- b. Lindas crianças estavam brincando no parque quando eu
passei por lá.
b'. Beautiful children were playing in the park when I passed by.

O que é específico da seqüência portuguesa em (19) é que ela pode receber referencialidade, mas não poder denotativo. A seqüência inglesa, ao contrário, pode ser interpretada como uma expressão-D independentemente de qualquer instanciação. Logo, tem de ser verdadeiro que o inglês faz uso de um certo mecanismo, de que o português não dispõe, para licenciar a interpretação [+D] para uma seqüência de [A+N], nessa ordem.

O passo seguinte na argumentação foi mostrar que a interpretação [+D] é obtida com percolação até o AP do índice referencial que o núcleo nominal denotativo carrega consigo no léxico e o marca como tendo poder denotativo. Primeiramente, é observado o que os substantivos e os adjetivos têm em comum e o que os distingue no léxico. É claro, eles compartilham o fato de que cada membro dessas duas categorias é lexicalmente associado com um conjunto de predicados semânticos abstratos que expressam seu significado. Eles se distinguem por duas propriedades. Uma delas é o rótulo categorial a eles associado no léxico (N (de Noun) para os substantivos e A para os adjetivos). Como uma consequência desses diferentes rótulos, os membros das duas categorias vão ter distribuições semânticas diferentes. A outra propriedade que distingue essas duas categorias é que somente os substantivos podem ser lexicalmente associados com um índice referencial.

- (21) a. Um substantivo pode ser portador de um índice referencial
inerente.
b. Um adjetivo não pode ser portador de um índice referencial
inerente.

Essa variável referencial expressa o valor denotativo do substantivo. Como aos adjetivos nunca se associa um índice referencial, eles são essencialmente uma categoria não-denotativa. Logo, uma vez que os adjetivos não podem denotar por si sós, em contraste com os substantivos, que podem, para um adjetivo usar sua propriedade semântica, ele tem de integrar uma construção sintática onde sua

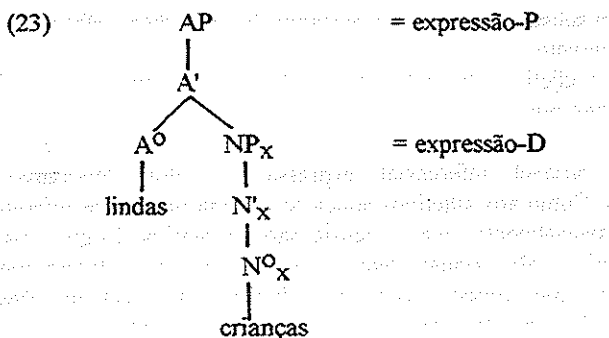
propriedade recebe uma leitura de adição-de-predicados e/ou predicativa.

No léxico, um item como *cadeira*, que é inerentemente denotativo, tem de incluir em seu verbete a presença de uma variável referencial, que ocupa o lugar do referente nominal, além do nódulo categorial e do conjunto de propriedades semânticas que definem a intensão nominal, como em (22a). Para um adjetivo, tal como *confortável*, não há um tal índice referencial, porque, como já observamos, um adjetivo não pode referir por si só. Logo, um adjetivo é associado somente com seu rótulo categorial e o conjunto de propriedades semânticas que definem sua intensão, como em (22b) (além de outras informações não relevantes para nossos propósitos).

- (22) a. [*cadeira*]_x = N; [conjunto de propriedades semânticas]
 b. *confortável* = A; [conjunto de propriedades semânticas]

Dadas essas distinções, foram considerados os exemplos do português em (20a,b). De acordo com a análise em questão, em ambos esses exemplos a seqüência *lindas crianças* tem a mesma estrutura de complementação. Em (20a) a interpretação tem de ser predicativa por causa da falta de combinação de traços referenciais, enquanto tem de ser referencial em (20b) devido à relação de combinação de traços referenciais entre o sujeito da matriz e o seu predicado.

A interpretação predicativa de (20a) foi explicada a partir da estrutura em (23):



Nessa estrutura, o substantivo *crianças* projeta seu rótulo categorial N (ao qual foi acrescentado o índice superescrito zero para expressar tratar-se de um núcleo lexical) e seu índice referencial x . Quando N é projetado no nível uma-barra e no nível de projeção máxima, tem de conservar essa variável referencial, de modo que temos N'_x e NP_x . Entretanto, o AP em (23) não tem valor denotativo (porque em português ele não pode ser interpretado como uma expressão-D), e é somente uma expressão-P. Logo, a conclusão é que o português age como se fosse incapaz de ler a estrutura interna de (23), ver que o AP é uma projeção estendida do NP interno, e tratar o AP inteiro como uma expressão-D. Antes, o português tem de se ater ao tipo semântico da projeção máxima (AP). Em outros termos, o português pode tratar o NP interno como uma expressão-D, mas não pode fazer o mesmo com o AP.

Portanto, parece que o português tem de ler o AP como uma expressão-P quando fora de posição argumental, porque essa língua não tem um modo de fazer o índice referencial x percolar até o AP, e assim só pode ler o AP de acordo com seu tipo semântico (uma expressão-P). I.e., o português não tem um dispositivo adicional para atribuir a um AP uma interpretação como uma expressão-D. Por outro lado, uma vez que o AP em (20a) não mantém uma relação referencial com um núcleo (pois não é um complemento temático) ou um predicado (pois não é um sujeito sentencial), ele tampouco pode ser interpretado como uma expressão-R.

Como para (20b) há uma relação predicativa com um predicado referencial (I'), há então uma exigência de que seja uma expressão-R, como o resultado de um processo de combinação de traços. Uma vez que APs não têm índices referenciais inerentes, e visto que não há percolação de índice dentro do AP, concluímos em Lobato (1993a,b, em preparação) que o AP recebeu o índice referencial como uma consequência do processo de combinação de traços.

Em resumo, os APs com um complemento não-temático em português são sempre expressões-P, e podem se tornar expressões-R se ocorrem em posição argumental, mas não podem nunca se tornar expressões-D.

Com relação ao inglês, diferentemente do português, permite para os APs com um complemento não-temático uma interpretação como expressão-D, independentemente de qualquer instanciação, como na leitura de *beautiful children* correspondente a "crianças bonitas", e em *blue book*. Uma vez que APs são expressões-P por definição (e como tais não são portadores de índice referencial), em Lobato (1993a,b, em preparação) concluímos que o inglês dispõe de um mecanismo especial que faz o índice referencial do NP *children* em *beautiful children* e do NP *book* em *blue book* percolar até o AP.

Como esse processo de obtenção de poder denotativo só ocorre com adjetivos que são capazes de produzir uma leitura de adição-de-predicado, concluímos também que a propriedade que licencia a percolação do índice referencial nominal é uma propriedade lexical dos adjetivos [+D] do inglês.

Com base nos fatos em (24), concluímos ainda que essa propriedade lexical é um traço de Caso abstrato, presente nesses adjetivos para ser atribuído.

- (24) a. O traço em questão é ativo, uma vez que é capaz de causar a percolação de uma variável referencial, e então não pode ser um traço meramente descritivo (tal como [+Denotativo]).
 b. Esse traço se correlaciona com a concordância, que é uma instanciação de realização de Caso.
 c. Essa proposta de que se trata de um traço de [+A[tribuição] de C[aso]] tem um grande poder explanatório.

A correlação entre esse traço e a concordância é óbvia em português e inglês: os adjetivos do português não têm esse traço e manifestam concordância; os adjetivos do inglês têm esse traço e não manifestam concordância. A concordância é considerada uma instanciação de realização de Caso. Logo, o comportamento oposto dos adjetivos nessas línguas com relação à concordância favorece a proposta de que não compartilham as mesmas propriedades de Caso.

Com relação ao poder explanatório da proposta, em Lobato (1993a) apontamos, sem entrar em detalhes, por falta de espaço, dois contrastes entre o português e o inglês que consideramos resultar das diferentes propriedades de atribuição de Caso dos adjetivos nessas

línguas (V. Lobato (1993b, em preparação) para uma explicação e outros contrastes.). Em primeiro lugar, nas construções resultativas o inglês requer o uso de adjetivos não-preposicionados, mas o português requer o uso de preposição, como ilustrado em (25)-(26).

- (25) a. John painted the house yellow.
 b. *John painted the house of yellow.
 (26) a. *João pintou a casa amarelo/amarela.
 b. João pintou a casa de amarelo.

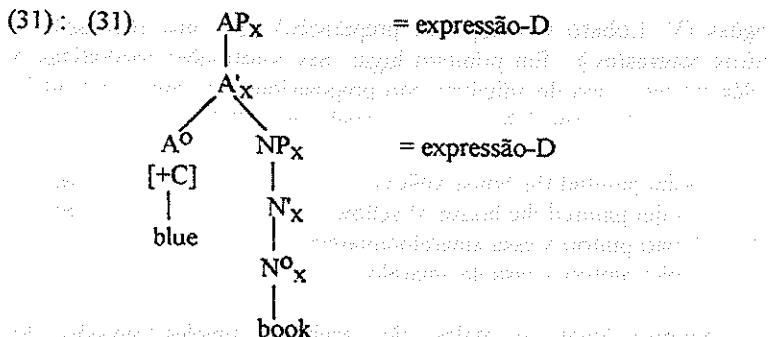
Em segundo lugar, o inglês não aceita a simples omissão do complemento de um adjetivo e requer o uso da forma pronominal *one*, como em (27), ao passo que o português aceita, como em (28).

- (27) a. *John bought a green coat and Bill a red.
 b. John bought a green coat and Bill a red one.
 (28) a. João comprou um casaco verde e Miguel um vermelho.
 b. João ficou com o maior pedaço do bolo e seu irmão com o menor.

Essa abordagem levou-nos a concluir (29)-(30).

- (29) a. Um traço abstrato [+AC] associado a um item lexical tem a função semântica de dar poder denotativo a uma expressão lingüística.
 b. Para uma expressão nominal conservar seu valor predicativo, tem de evitar a atribuição de Caso.
 (30) a. Os adjetivos [+D] podem ocorrer numa estrutura de complementação funcional se são portadores de um traço [+AC]
 b. Se um adjetivo é [+D] e não é portador de um traço [+AC], tem de ocorrer numa estrutura de adjunção.

Em resumo, na abordagem proposta, *blue book* é uma expressão-D porque *blue* é um atribuidor de Caso, e seu traço de Caso torna possível a percolação do índice referencial do NP até o AP, como em



Dado que os APs com um complemento não-temático em português nunca são expressão-D e só podem ser expressão-P (fora de posição argumental) ou expressão-R (em posição argumental), os adjetivos do português não são atribuidores de Caso.

1.4.1.2. Propostas prévias relacionando Caso abstrato e referencialidade

Apesar de ser nova a idéia de se atribuir uma função semântica a um traço de Caso abstrato, a idéia de que há uma relação estrita entre Caso abstrato e expressões-R não é nova na teoria de princípios-e-parâmetros. Essa correlação é expressa, por exemplo, nas asserções de Chomsky (1981) de que Caso é atribuído a argumentos e que argumentos são expressões-R.

O Princípio de Visibilidade de Chomsky (1986a) também faz uma associação entre Caso abstrato e referencialidade. De acordo com esse princípio, Caso inerente e papel-teta são associados: um XP recebe um papel-teta se está numa posição de Caso. Dado que papéis-teta são atribuídos a expressões-R, podemos de novo concluir que na literatura da teoria de princípios-e-parâmetros Caso e referencialidade têm uma estreita relação.

Entretanto, estamos considerando que as expressões-R são licenciadas por um processo de combinação de traços, e não pela atribuição de Caso por um núcleo, e que um Caso abstrato tem uma função relacionada com denotação e não precisamente com referencialidade atual. Essa idéia se aproxima, então, da proposta mais

recente de Chomsky de que o Caso é atribuído a um NP sob combinação de traços.

1.4.2. Derivação de adjetivos [+P] do inglês

Em Lobato (1993a,b, em preparação) também apontamos que os dados empíricos levam à conclusão de que os adjetivos [+P] do inglês são portadores do traço [-AC]. Primeiramente porque, se não contivessem nenhum traço de Caso, adjetivos como *good* e *industrious*, que admitem uma interpretação [+P] e uma [+D], na posição pré-nominal deveriam poder ocorrer na posição pós-nominal, numa interpretação denotativa de relação entre indivíduo e predicado (como acontece em português, que aceita uma interpretação proposicional para *um médico bom* 'um médico competente', do mesmo modo que aceita uma interpretação denotativa de expressão-D, em que a seqüência significa 'um médico bondoso'), e no entanto não podem. Em segundo lugar, a proibição do inglês, de ocorrência de adjetivos [+P] em posição apositiva quando mantêm sua forma de núcleo, em exemplos como (32a), em contraste com a permissão do português, como ilustrado em (32)-(33), fica logo explicada pela presença de um traço [-AC] nesses adjetivos do inglês.

- (32) a. *The Brazilians, industrious, will overcome the crisis.
 b. Os brasileiros, industriais, vencerão a crise.
- (33) a. The Brazilians, industrious people, will overcome the crisis.
 b. The Brazilians, industrious as always, will overcome the crisis.

Dado o valor negativo em [-AC], o índice referencial do NP interno ao AP não percola até o AP, o que assegura o caráter [+P] da expressão resultante.

1.5. Relação entre o traço abstrato de Caso e a concordância

Quanto à relação entre o traço abstrato de Caso e a concordância nominal, em Lobato (1993a) argumentamos que ambos estão ligados ao conceito de referencialidade e são recursos lingüísticos para satisfazer o Princípio da Interpretação Plena (ing. F(ull) I(nterpretation) Principle) (Chomsky 1986a), segundo o qual todos os elementos têm de ser licenciados em todos os níveis sintáticos.

Primeiramente, consideramos que, para se projetar uma expressão nominal tendo *alunos* como núcleo, por exemplo, parte-se de uma representação lexical como em (34a), onde os traços de número e gênero são associados com valores abertos, representados pela letra grega gama. Para se derivar a forma desejada, *alunos*, tem-se então de projetar (34b).

- (34) a. $\chi_{\text{alun}}[\gamma\text{Sg}, \gamma\text{M}]$
 b. $\chi_{\text{alun}}[-\text{Sg}, +\text{M}]$

Em segundo lugar, propusemos que a relação semântica entre modificador e modificado deve estar expressa em todos os níveis de representação. I.e., propusemos uma extensão do FI, para cobrir as relações semânticas.

Dai então concluímos que as opções à escolha das línguas para a expressão da relação modificador X modificado dentro de expressões nominais são (i) a percolação do traço referencial e (ii) a percolação dos traços ϕ (no caso, os traços de gênero e número) do núcleo nominal.⁵ Para a língua escolher a percolação do traço referencial, o núcleo modificador tem de ser portador de traço de atribuição de Caso. Para a língua escolher a percolação dos traços ϕ , o modificador não pode ser portador desse traço. Logo, se a língua usa o recurso de fazer percolar o traço referencial, os traços ϕ não percolarão, e portanto não haverá concordância nominal; se a língua escolhe o recurso de fazer percolar os traços ϕ , haverá concordância nominal, em virtude de essa ser a própria manifestação dos traços ϕ .

Em resumo, segundo a abordagem proposta, um traço de Caso ligado a um X^0 lexical é um traço lingüístico abstrato que quando tem um valor positivo ([+AC]) tem o efeito de causar a percolação do índice referencial do complemento funcional desse X^0 até a projeção máxima de X^0 , e, portanto, de dar poder denotativo a essa projeção máxima. Por sua vez, a concordância é o resultado do uso do mecanismo de percolação dos traços ϕ de um núcleo nominal para os seus modificadores. Esses dois processos de percolação de índices estariam à disposição das línguas, a fim de lhes permitir satisfazer o princípio FI (ampliado para incluir as relações semânticas), e cada língua escolhe UM OU OUTRO, dependendo de os itens lexicais modificadores

nominais serem portadores de traço abstrato de Caso. Daí a complementariedade entre esse traço e a concordância.

Com relação às terminações de caso, a proposta considera estarem ligadas à referencialidade atual (cf. Lobato (1993a, em preparação)).

Evidentemente, essa proposta nos deixa ainda com uma pergunta a responder:

Se a percolação de um traço referencial só se faz mediante a ação do comando positivo do traço [+AC], não será igualmente necessária a ação de um dado mecanismo para ocorrer a percolação dos traços ϕ ?

Responderemos a essa questão na Seção 3.

2. A proposta de Scherre sobre as marcas de número em expressões nominais

Trabalhando no âmbito da sociolinguística variacionista, Scherre (1988) teve o objetivo de identificar os fatores que regem a variação na ocorrência de marcas manifestas de número dentro de expressões nominais no português do Brasil, para o núcleo nominal e seus modificadores. Sua análise concluiu, a partir de um exame rigoroso e detalhado de amostras de fala do português urbano do Rio de Janeiro, que a presença ou ausência dessas marcas não é aleatória, podendo-se, antes, prever as suas tendências de ocorrência, com base em certas circunstâncias linguísticas e certas circunstâncias não-linguísticas (como a escolaridade).

2.1 Fatores favorecedores e desfavorecedores de marca manifesta de número

A análise de Scherre (1988) identifica diferentes fatores linguísticos que levam ao favorecimento ou desfavorecimento da presença manifesta de marca de número dentro de expressões nominais plurais. Resumimos seus resultados a seguir, apresentando os fatores segundo seu caráter (i) morfofonológico, (ii) sintático, (iii) lexical, e (iv) fonológico.

Tendem a ocorrer com marca manifesta de plural:

- (i) Os itens cuja formação de plural é saliente morfofonologicamente (nóvos, casais, cores, dentões, etc.).
- (ii) (a) O núcleo nominal na primeira posição da expressão nominal.
(b) O modificador na posição pré-nominal.
(c) Os itens precedidos de marca manifesta de plural dentro da expressão nominal.
(d) Os itens dentro de expressão nominal sem função resumitiva (i.e., dentro de expressão nominal sem função de resumir as idéias anteriores).
- (iii) Os itens não-informais, os de grau normal e os com traço [+Humano].
- (iv) Os modificadores antes de consoante [+surda], [+velar] ou [-nasal] ou antes de pausa.

Tendem a ocorrer sem marca manifesta de plural:

- (i) Os itens cuja formação de plural é regular morfofonologicamente (casas, irmãos, etc.).
- (ii) (a) O núcleo nominal na segunda posição da expressão nominal.
(b) O modificador na posição pós-nominal.
(c) Os itens precedidos de item sem marca manifesta de plural.
(d) Os itens dentro de expressão nominal com função resumitiva.
- (iii) Os itens informais (cara, lance, bobeira, grilo, etc.), os com forma diminutiva/aumentativa e os com traço [-Humano].
- (iv) Os modificadores antes de consoante [+sonora], [+labial], [+dental] ou [+nasal]

2. 2. Os dados de Scherre

Em virtude de nossos fins, e por falta de espaço, a partir de agora consideraremos somente os fatores sintáticos examinados por Scherre, acrescentando aos dados de Scherre (1988) os de Scherre (no prelo):

Em Scherre (no prelo: 59)⁶ são apresentados, para os fatores (ii,a,b) acima, os dados da Tabela 1 abaixo, correspondente à sua Tabela 4.5. Ai estão apontadas, abaixo de cada posição, a sua freqüência de ocorrência e a sua probabilidade, nessa ordem.

TABELA 1

Relação entre os Elementos do SN.

1ª pos.	Núcleo		Modificador	
	2ª pos.	3ª pos.	Anteposto	Posposto
163=95%	2842=53%	333=62%	4292=97%	241=43%
173	5300	537	4407	564
.69	.24	.39	.87	.25

Segundo esses dados, há uma tendência para o uso de marca manifesta de plural para o núcleo na primeira posição da expressão nominal e para o modificador anteposto ao núcleo, e uma tendência para a ausência de marca manifesta de plural para o núcleo na segunda posição e para o modificador posposto. Scherre (cf. Scherre (1988: 224 e 279), por exemplo) analisa os resultados referentes ao núcleo em terceira posição como também indica tendência para a expressão manifesta de marca de plural.

O posicionamento do adjetivo em relação ao núcleo nominal foi também examinado independentemente dos outros modificadores, tendo sido alcançado basicamente o mesmo resultado da Tabela 1, como ilustrado na Tabela 2 abaixo, extraída da Tabela 6.2.3.26 de Scherre (1988: 225).

TABELA 2

Cruzamento de adjetivos e posição relativa em todos os dados dos falantes adultos.

Adjetivo anteposto	80/84 = 95%
Adjetivo posposto	210/427 = 49%

Em etapa anterior da análise, antes de quantificar a posição do adjetivo em relação ao nome, Scherre havia chegado à Tabela 3 abaixo, que reproduz a sua Tabela 6.2.3.6 (Scherre, 1988: 158). Nessa Tabela, sob o rótulo de determinantes estão incluídos os artigos, demonstrativos e indefinidos.

TABELA 3

Cruzamento de posição e classes gramaticais em todos os dados dos falantes adultos.

	1ª pos.	2ª pos.	3ª pos.
Determinante	3.692/3.792 = 97%	120/123 = 96%	0/1 = 0%
Substantivo	153/161 = 95%	2.277/5.196 = 53%	317/514 = 62%
Adjetivo	47/48 = 98%	125/163 = 77%	25/307 = 41%

Nessa etapa do desenvolvimento de sua argumentação, Scherre conclui que esta tabela mostra que, qualquer que seja a categoria gramatical do elemento em primeira posição, ele tem tendência a ocorrer com marca manifesta de número. Em outros termos, a primeira posição dentro de uma expressão nominal no português do Brasil é a mais marcada quanto ao número, independentemente da classe gramatical.

O terceiro fator sintático considerado por Scherre foi a presença ou não, dentro da expressão nominal, de marca manifesta de plural precedendo o item analisado, e suas conclusões (cf. Scherre (no prelo.: 63-66)) são parcialmente resumidas abaixo:

- (i) Se um item ocupa a 1ª posição dentro da expressão nominal (os *fregueses*):
Probabilidade ,79 de levar marca explícita de plural.
- (ii) Se um item ocupa a 2ª posição dentro da expressão nominal, e é precedido de ausência de marca explícita de plural (*filhotinho novos, tanta gargalhadas*):
Ocorrência categórica de marca explícita de plural.
- (iii) Se um item ocupa a 2ª posição e é precedido de numeral superior a um (três *capítulos, nove núcleos* formados, dois *risco verde*):
Probabilidade ,62 de levar marca explícita de plural.
- (iv) Se um item ocupa a 2ª posição na expressão nominal e é precedido de marca explícita de plural (os *fregueses, uns troço, notas melhores*):
Probabilidade ,56 de levar marca explícita de plural.
- (v) Se um item ocorre numa estrutura com PP interno e é precedido de marca explícita de plural (milhões de *coisas, um grupo de crianças abandonadas, uma série de outras coisas*):

- Probabilidade ,74 de levar marca explícita de plural.
- (vi) Se um item ocorre numa estrutura com PP interno e é precedido de item sem marca explícita de plural (uma porção de *carro*, um grupo de *crianças* abandonadas, uma porção de coisa *interessante*):
- Probabilidade ,41 de levar marca explícita de plural.

As conclusões de Scherre (cf. Scherre (no prelo.: 65)) para os dados relativos a esse fator foram:

- (a) O 1º elemento da expressão nominal tende a levar marca manifesta de plural.
- (b) Se o elemento na 1ª posição pode receber flexão de número mas não recebe, o elemento na 2ª posição leva marca manifesta de plural.
- (c) Há uma tendência de a presença de uma marca manifesta de plural levar a outra marca, e de a ausência de marca levar a ausência de marca, dentro da expressão nominal.

Finalmente, considere-se o fator ocorrência dentro de expressão nominal com função resumitiva. Segundo Scherre (1988: 257-65), as expressões que ela assim denomina são expressões que têm a função semântica de resumir as idéias anteriores, como na seqüência *esses negócio assim* no exemplo "Passavam filmes [...] sobre a vida de Jesus Cristo... Esses negócio assim!", ou que têm uso parentético. Os dados quantitativos evidenciaram que esse fator desfavorece a presença manifesta de marca.

Além dos fatores já citados, Scherre (1988: 337-8) ainda mostra que a presença de um determinante [+Definido] favorece a presença de marca em todos os membros da expressão, em contraste com um [-Definido], que desfavorece.

Um outro fato importante apontado é que a variação na ocorrência de marcas não leva à distinção entre dois grupos *diferentes* de pessoas - as com uso de marca nos contextos desfavorecedores, e as sem uso nesses contextos - , havendo antes variação no uso de uma mesma pessoa, no sentido de uma mesma pessoa às vezes manifestar, e às vezes não manifestar, a marca de plural nos contextos desfavorecedores.

2.3. Proposta de mudança em curso

Scherre (1988) também sugere estar havendo um processo de mudança lingüística, para os falantes de classe social mais humilde e concordância baixa, no sentido de direcionamento para um sistema sem marcas de concordância.

A favor dessa conclusão ela apresenta duas evidências. A principal é o resultado do cruzamento da faixa etária com o agrupamento dos falantes de acordo com seu tipo de ambiente de origem e o seu grau de concordância: os falantes de classe social humilde e concordância baixa apresentaram uma distribuição etária inclinada - os mais jovens (15/25 anos) apresentaram menor número de marcas de plural (.38), havendo aumento de marcas nas duas outras faixas (.59 para 26/49 anos e .53 para 50/71 anos) -, enquanto os de ambiente não-humilde e concordância alta apresentaram uma distribuição etária curvilínea - igual probabilidade de baixa ocorrência de marca para as faixas mais jovens e mais velhas (.44 e .41, respectivamente), com aumento de ocorrência de marcas na faixa intermediária (.64).

A outra evidência são os resultados do fator saliência fônica, aplicados aos agrupamentos de falantes de acordo com seu ambiente social de origem e seu grau de concordância: o grupo de falantes de classe social humilde e concordância baixa apresentou resultados que mostram um padrão diferente do padrão dos demais grupos (cf. Scherre 1988: 471).

Essas duas evidências são ainda reforçadas por um terceiro fato: os dados apontam para a conclusão de que o grupo de falantes de origem humilde e concordância alta adquire concordância em função dos anos de escolaridade.

Por outro lado, os resultados relativos ao grupo de falantes de ambiente não-humilde e de concordância alta mostram um processo de variação sociolingüística estável, em contraste com o processo de mudança do outro grupo, referido acima.

3. Tentativa de integração das propostas de Lobato e de Scherre

Como se vê, as abordagens em Lobato (1993a,b) e em Scherre (1988, no prelo) representam perspectivas totalmente diferentes de um mesmo fenômeno. Por outro lado, ambas são baseadas em evidências empíricas, o que já de saída lhes dá certo crédito. Nosso objetivo agora vai ser procurar relacionar entre si alguns dos resultados alcançados pelas duas abordagens, com o fim de chegar a uma análise que as integre.

3.1. Reanálise preliminar dos fatores (des)favorecedores de marca de plural

Um dos relacionamentos mais interessantes entre as duas abordagens é o fato de Scherre ter determinado uma expectativa de marca de concordância na posição pré-nominal, e de ausência de marca na posição pós-nominal, e nossa proposta ter determinado que um adjetivo pré-nominal projeta uma estrutura de complementação, e um pós-nominal, uma estrutura de adjunção. Levando em conta a nossa proposta, podemos então expressar o fator colocação do modificador em relação ao nome, de Scherre, em termos de estrutura sintática: a participação em estrutura de complementação favorece a ocorrência de marca manifesta de plural, e a em estrutura de adjunção desfavorece.

Quanto ao fator ocorrência em expressão resumitiva, as expressões assim denominadas por Scherre são desvinculadas sintaticamente dos demais elementos do discurso, como no exemplo já citado (cf. também Scherre, 1988: 257-8). Portanto, não exercem função sintática. Como a ocorrência de um item dentro de uma tal expressão desfavorece a manifestação de plural, podemos concluir que é relevante o fato de a expressão nominal *estar ou não estar* desempenhando uma função sintática (apesar de não ser de relevância o tipo de função sintática exercida, como observado por Scherre (1988: 257-65)).

Uma análise que leve em conta as duas propostas pode, então, numa primeira etapa, resumir os fatores sintáticos de Scherre a dois:

- (35) a) *Favorecem a ocorrência de marca manifesta de plural:*
- (i) O exercício de função sintática pela expressão nominal.
 - (ii) A participação em estrutura de complementação.
- b) *Desfavorecem a ocorrência de marca manifesta de plural:*
- (i) A falta de função sintática pela expressão nominal.

(ii) A participação em estrutura de adjunção.

3.2. Explicação das tendências de ocorrência ou não-ocorrência de marca de plural

O desejo de integração dos resultados em Lobato (1993a,b) e Scherre (1988, no prelo) leva à necessidade de se responder à seguinte pergunta: O que explica poder haver a variação na manifestação da marca de plural dentro de uma expressão nominal plural numa língua, dado que os falantes compartilham os mesmos princípios universais, as mesmas escolhas nos parâmetros e os mesmos fatos particulares à língua?

A fim de chegarmos a uma resposta, primeiro procuraremos explicar os fatores em (35).

3.2.1. O fator função sintática

Por que o fato de uma expressão nominal exercer uma função sintática favorece a presença manifesta de marcas de plural dentro dela, ao passo que a falta de função sintática desfavorece?

Como já se sabe, a concordância é um tipo de realização de Caso. Como também se sabe, as expressões nominais desempenhando função sintática recebem atribuição de Caso (nominativo para o sujeito, acusativo para o objeto, etc.), havendo diferença quanto às línguas manifestarem ou não o Caso na Forma Fonológica (PF, de P(honological) F(orm)), mas não quanto ao fato de haver Caso atribuído aos argumentos. A conclusão a que chegamos a respeito de a função sintática favorecer a presença manifesta de marcas de plural é, então, que isso ocorre em virtude de exigência do Caso atribuído à expressão nominal desempenhando uma função (não importando qual a função). Em outras palavras, há um Caso sendo atribuído à expressão nominal exercendo função sintática, quer seja por um regente atribuidor de Caso, externo à expressão nominal, quer seja em decorrência de uma relação de combinação de traços entre constituintes em certa relação estrutural; e, se a língua usa marcas de plural dentro de uma expressão nominal, ela escolheu esse recurso para manifestar a realização de Caso. Por outro lado, quer a atribuição de Caso se faça sob uma relação de regência por um núcleo ou sob uma relação de combinação de traços

entre dois constituintes não-nucleares, para que haja qualquer uma dessas duas relações é necessário que a expressão nominal esteja integrada numa estrutura sintática maior. Isso quer dizer que, se a expressão nominal não estiver integrada numa estrutura sintática maior, não estará recebendo atribuição de Caso, e, em conseqüência, não se poderá exigir dela a realização de Caso. Daí que em tal situação a manifestação de plural não é exigida por Caso. Evidentemente, a situação se inverte se a expressão nominal estiver desempenhando uma função sintática: haverá atribuição de Caso, e, se a língua escolher manifestar o Caso pela expressão da concordância (de número), é de se esperar a ocorrência de marca de plural.

Essa proposta faz surgir uma nova pergunta: Como explicar que o determinante, em seqüências sem função sintática como *Essas coisa toda*, possa estar levando uma marca manifesta de plural, já que não houve atribuição de Caso à expressão? O que licenciou a manifestação do traço de plural no determinante nessa seqüência? Primeiramente, observe-se que, quando a marca só se manifesta no determinante, ela realmente *percolou para todos os itens da expressão* (o que é mostrado pela sua manifestação na posição mais alta da expressão; V. argumentação mais detalhada na Subseção 3.3), e o que houve é que só *se manifestou na PF no determinante*. Em segundo lugar, observe-se que não parece ser sem sentido o fato de o determinante plural ser um demonstrativo nesse tipo de exemplo. Como o demonstrativo é um elemento referencial e o Caso tem um papel ligado à referencialidade, parece-nos que o traço referencial de D^O favoreceu a manifestação do traço de plural, do mesmo modo que um traço de Caso a favorece.

Em resumo, chegamos agora a uma resposta à pergunta feita no final da Seção 1: Efetivamente, há um mecanismo que provoca a percolação dos traços ϕ , e, para os traços de número, do mesmo modo que para os traços referenciais, trata-se do traço sintático de Caso, e, na falta dele, de um traço semântico de referencialidade.

3.2.2.O fator estrutura sintática

Com relação aos dois tipos de estruturas identificados, o que faz com que a complementação favoreça a ocorrência manifesta de marca de plural e a adjunção a desfavoreça?

Essa pergunta recebe uma resposta bem natural em termos da noção de barreira (Chomsky 1986b). Segundo essa noção, uma categoria não-L-marcada (i.e., não-selecionada semanticamente por um núcleo) se caracteriza como uma categoria bloqueadora, e, com exceção de IP, toda categoria bloqueadora se caracteriza como uma barreira inerente, sendo a categoria que a domina uma barreira por herança.

Com relação à estrutura de adjunção, o AP adjunto é uma barreira inerente (afinal, não é uma categoria selecionada pelo NP ao qual se adjunge), e, em consequência, o NP mais alto é uma barreira por herança. Portanto, para qualquer seqüência com adjetivo pós-nominal, tanto o NP quanto o AP estão dominados por uma barreira, sendo que o AP é por sua vez uma barreira.

Várias situações podem ocorrer para uma seqüência de nome mais adjetivo (nessa ordem) que desempenhe função sintática. Uma delas é essa seqüência ser todo o argumento, e não somente parte dele. Nessa situação, o Caso é atribuído de fora diretamente à estrutura de adjunção, atinge o NP mais alto e consegue penetrar na estrutura: imaginando-se que o atribuidor de Caso seja um núcleo regente, esse núcleo regeria o NP interno (estendendo-se para a adjunção a suposição bem comum de que se um dado núcleo rege um constituinte, ele rege também a posição de especificador desse constituinte); logo, a atribuição de Caso se daria ao NP interno. Dado que a estrutura de adjunção é uma estrutura em que há adição de traços, a outra conclusão é que, a partir do momento em que o NP interno recebe um traço, esse traço passa a poder ser compartilhado pelo AP. Dado que a concordância é realização de Caso, espera-se concordância nesses dois elementos. Mas como o NP interno é o item que é regido diretamente pelo regente atribuidor de Caso, se só há concordância em um dos dois constituintes da adjunção, o que se espera é que só o NP leve a marca de plural. A expectativa a que não se chega, então, é a de que nesse caso somente o AP carregue a marca de plural.

Uma outra situação é a estrutura de adjunção estar, por sua vez, na posição de complemento de um determinante ou um quantificador.

Nesse caso, o elemento que vai ser diretamente regido pelo núcleo atribuidor de Caso será o determinante ou o quantificador. Logo, dele se espera a marca de plural, a fim de a atribuição de Caso ser realizada. Com relação à estrutura de adjunção na posição de complemento funcional do determinante ou quantificador, agora ocorre que não está mais sendo regida diretamente pelo atribuidor de Caso. No entanto, o determinante ou o quantificador rege a projeção máxima NP da estrutura de adjunção, uma vez que essa projeção está na posição de complemento desse determinante ou quantificador, e pode fazer descer o traço de Caso que recebeu até esse NP, o qual, como vimos, é uma barreira. Por outro lado, além de a estrutura de adjunção constituir uma barreira, a estrutura de complementação é, nesse caso, uma outra barreira, uma vez que o NP na posição de complemento funcional não mantém qualquer relação de seleção semântica com o determinante ou o quantificador. Logo, há nessa situação uma força contrária à manifestação de Caso dentro da estrutura de adjunção: para que haja essa manifestação (i.e. marca manifesta de plural dentro dessa estrutura), é preciso que o Caso tenha sido atribuído aos constituintes da adjunção, conseguindo então não levar em conta as barreiras intervenientes.

Segundo os dados de Scherre (1988), duas situações ainda podem ocorrer com relação ao determinante: (i) ele é [+Definido], e isso favorece a presença de marca manifesta de plural em todos os itens da expressão; (ii) ele é [-Definido], e isso desfavorece a presença de marca manifesta. A situação agora é diferente da que acontecia nas expressões sem função sintática, pois agora há atribuição de Caso à expressão nominal. Parece-nos que o que ocorre é que quando o artigo é [-Definido] e [+Referencial], como para os demonstrativos, a sua referencialidade entra num processo de combinação de traços com o traço de Caso atribuído à expressão nominal, o qual tem um papel de atribuir referencialidade, de modo que esse traço de Caso é absorvido pelo determinante, e então não desce para o seu complemento funcional. Quando o artigo é [+Definido], não há processo de combinação de traços e então nada favorece a absorção do traço de Caso pelo determinante, o qual então desce para o complemento funcional de D⁰.

Diante disso, como explicar que alguns falantes possam flexionar ambos os constituintes da adjunção e outros não flexionar nenhum, e que um mesmo falante possa variar na manifestação do plural nessa

estrutura? Lembremo-nos, a esse respeito, que Scherre já nos mostrou, com largueza de dados, que a tendência é para ou flexionar ambos, ou não flexionar nenhum. Considero que o que ocorre é que, quando não se flexiona nenhum dos constituintes da adjunção, nessa estrutura, levam-se em conta as barreiras que impedem a regência, e, em consequência, bloqueiam a atribuição de Caso. Por sua vez, quando se flexionam ambos os constituintes da adjunção, usa-se de uma certa estratégia para permitir, mesmo nessa estrutura, a atribuição de Caso aos constituintes da adjunção. Precisamente, estou sugerindo que nessa situação faz-se uso do fato de a presença de D^o ou Q^o projetar uma estrutura de complementação (mesmo que funcional). I.e., deixa-se o traço de Caso passar para a estrutura de adjunção por meio da relação de complementação. Isso quer dizer que a projeção máxima da estrutura fica sendo portadora de traço de Caso. Como há adição de traços na adjunção, os conjuntos são então tratados como também recebendo atribuição de Caso.⁷

Essa análise dos fatos parece receber confirmação nos dados de Scherre a respeito do efeito da escolarização na manifestação do plural: quanto maior a escolarização, tanto maior a probabilidade de ocorrência de marca de plural (cf. Scherre, 1988: 456-60). Isto parece indicar que a tendência mais natural da língua seria a não-realização da marca de plural nos itens dentro de barreiras (uma vez que a barreira, sem o uso de alguma estratégia especial, impediria que o Caso atribuído à expressão nominal fosse portado por esses itens), e que a realização de Caso dentro das barreiras só ocorre em virtude do uso de uma certa estratégia, reforçada pela escola. I.e., a permanência da realização de Caso nesse contexto de algum modo se deve ao ensino. O fato de um mesmo falante variar na manifestação de marca de plural nos contextos desfavorecedores confirma a força da pressão social sobre a realização da marca: a tendência natural seria a de não-realização nos itens dentro de barreiras, ou nos que complementam um determinante referencial.

Os dados de Scherre a respeito da questão da mudança lingüística parecem também favorecer nossa proposta. Como vimos, Scherre conclui que esses dados indicam uma mudança em direção à perda de manifestação de marca de plural, para os falantes de origem humilde e baixa concordância, e uma variação estável para os falantes de origem não-humilde e concordância alta. Numa perspectiva de princípios-e-parâmetros, o que se pode dizer a respeito é o que já dissemos

anteriormente: a força das barreiras à atribuição de Caso parece efetivamente ser muito forte (tanto que tem efeito não só para os falantes de origem humilde e baixa concordância, mas também para os de origem não-humilde e alta concordância), e é preciso o recurso a uma estratégia especial para se atribuir Caso nesse contexto estrutural. No entanto, não seria possível concluir, a partir dos dados de Scherre, que está havendo um processo de mudança lingüística em direção a um sistema *sem* marcas manifestas de plural, para os falantes de origem humilde e concordância baixa. Isso simplesmente porque nesses dados a ocorrência de baixa taxa de marcas explícitas de plural só se dá em contextos de barreiras, havendo altas taxas nos contextos em que há regência. Como estamos tentando mostrar, esse fato é evidência de que a baixa ocorrência deriva de uma questão muito mais abstrata, que é o impedimento à atribuição de Caso, pois há alta ocorrência quando há atribuição de Caso. A conclusão a que chegamos é a de que, no caso de estar havendo um processo de mudança para esses falantes, essa mudança não seria em direção a uma perda da concordância no absoluto, e sim a uma perda da manifestação do plural para os itens dentro de barreiras à regência. Com relação ao outro grupo de falantes, parece realmente estar em processo de variação estável.

Em terceiro lugar, essa análise é favorecida pelos dados da Tabela 3. O elemento mais à esquerda na expressão nominal quer ser portador de marca de plural porque é o receptor direto e primeiro do traço de Caso, e os demais constituintes à sua direita não têm a mesma expectativa de marca em decorrência de barreiras ao Caso. (É claro, o fato observado por Scherre de a seqüência de quantificador mais artigo definido favorecer a manifestação da marca em todos os itens da expressão demanda uma explicação mais específica, que não temos espaço para desenvolver aqui.)

Em quarto lugar, nossa proposta parece favorecida pela explicação natural que dá para o fator marca precedente de Scherre. A questão é que, se o falante escolhe manifestar o plural dentro da barreiras, ele optou pela estratégia de deixar o traço de Caso fazer uso da estrutura de complementação, numa seqüência de determinante+nome+adjetivo, para chegar à projeção máxima da estrutura de adjunção. Nesse ponto, o traço de Caso é portado pela estrutura de adjunção, e como (no caso de adjunção de projeções máximas) uma tal estrutura trata seus membros como conjuntos, os traços da projeção máxima podem ser

interpretados como compartilhados pelos membros da adjunção. Dai que, se um falante opta por essa estratégia, ele trata os dois membros da adjunção como recebendo atribuição de Caso, e é então levado a manifestar a marca de plural em ambos, para uma língua que realiza o Caso na concordância. Se o falante é rígido quanto à ocorrência de barreiras, não procurando fazer uso de estratégia especial para contornar sua presença, não realiza o Caso (e portanto não manifesta o plural) em itens nesses contextos que impedem a regência. Em resumo, o fator marca precedente se reduz ao fator estrutura sintática.

Finalmente, observe-se que nessa análise não consideramos o fator posição de ocorrência do núcleo nominal em segunda e terceira posições, de Scherre. Isso porque ele parece não ser significativo como tal, uma vez que um núcleo nessas posições pode estar tanto em estrutura de complementação quanto de adjunção, e será, sem dúvida, a estrutura sintática o fator determinante do favorecimento ou desfavorecimento da manifestação da marca, e não a posição em segunda ou terceira posições. O fato de a segunda posição, nos dados de Scherre, ter favorecido menos a manifestação da marca do que a terceira posição sugere fortemente que nos exemplos analisados a segunda posição conteve maior número de adjunções.

3.2.3. Generalização das tendências

Tendo em vista os fatos sintáticos apontados, os fatores favorecedores e desfavorecedores de marca manifesta de plural podem se resumir a um único:

- (36) a. Há ocorrência de marca manifesta de plural para os itens que recebem atribuição de Caso.
 b. Se um item não recebe atribuição de Caso, não pode manifestar marca de plural.

3.3. O processo sintático da concordância nominal

Vamos agora tentar responder à pergunta: Como se explica o fato de poder haver variação? Isto é, já que um falante que manifeste a concordância o faz para satisfazer a exigência de um dado princípio universal, como explicar que certos falantes possam não manifestar a concordância nessas situações de exigência por um princípio universal,

já que é de se supor que os princípios universais não sejam desobedecidos?

De acordo com a nossa proposta em Lobato (1993a), a concordância é feita a fim de se satisfazer a exigência do princípio FI de que a relação modificador X modificado seja expressa em todos os níveis. Mas os dados empíricos nos mostram que há uma diferença entre a concordância de gênero e a de número. Por exemplo, chama a atenção nos dados explicitados em Scherre (1988, no prelo) a presença da marca de gênero (quando possível) nas situações em que a marca de plural não se manifesta, como ilustrado nas seqüências em (37), extraídas de Scherre (no prelo: 52-60).

(37) as perna toda marcada, essas estradas nova, as conta quase toda, as mulheres ainda muito mais antiga, essas carne congelada, umas casinha bonitinha, eles todo, aquelas cruzinha toda, colegas minha, uns colega meu, eles mesmo. as coisa muito certa, as conta quase toda.

Logo, parece que a manifestação dos traços de gênero se faz independentemente de Caso (porque ocorre sem problemas dentro de barreiras ao Caso), e só a dos traços de número depende de Caso. Parece ainda que a manifestação dos traços de gênero é um fato semântico (o que é reforçado pelo fato de o gênero ser um traço intrínseco aos nomes), enquanto a dos traços de número é um fato sintático (o que é reforçado pelo fato de o número não ser um traço intrínseco aos nomes e corresponder a uma escolha do falante), o que quer dizer que a concordância de gênero satisfaz o FI num nível semântico, ao passo que a de número o satisfaz num nível sintático.

Com relação ao processo de percolação dos traços, tanto para o gênero quanto para o número parece se dar a partir de N^o. Quanto ao traço de gênero, isso não apresenta a menor dúvida, já que se trata de um traço intrínseco ao nome, para as línguas em que os nomes apresentam tal traço. Quanto ao traço de número, como não é intrínseco ao nome, sendo, antes, dependente de escolha do falante, alguém poderia propor que é gerado no determinante ou no quantificador, por exemplo, de onde desce para alcançar o nome. Queremos defender a proposta oposta, de que o traço de número é gerado junto ao nome, de onde percola para os modificadores nominais.

A primeira evidência a favor dessa proposta é que ela permite a generalização do fato de não haver movimento de descida, só havendo de alicamento (no caso da adjunção não haveria propriamente uma descida dos traços ϕ , pois os dois constituintes são nódulos irmãos). A segunda evidência é o fato de permitir explicar automaticamente a existência de linguas em que só o núcleo da expressão nominal leva marca de plural (como é o caso do inglês, onde a exceção só vigora para os determinantes referenciais - *this, these, those* -, que como tais não são compatíveis com traço atribuidor de Caso). A terceira evidência é a economia da análise: com essa proposta, ganha-se em economia, pois um único processo, o de percolação, vale para o número e o gênero, ao passo que, se se propusesse que o gênero nasce em N^0 , e o número nasce em D^0 ou Q^0 , haveria dois processos. Além disso, propor que nasce em D^0 ou Q^0 não seria generalizante, pois nas estruturas sem D^0 ou Q^0 teria de nascer em N^0 .

Com relação à concordância de número, se o falante que manifesta as marcas no nível fonológico o faz para satisfazer o FI, como esse princípio é satisfeito por um falante que não manifeste essas marcas? Observe-se que o trabalho de Scherre implicitamente aponta para o fato de não haver *perda* da concordância nominal de número no português do Brasil, pois os seus dados mostram enfaticamente que todos os falantes, de todas as variedades de uso da língua, manifestam essa concordância. A variação entre eles está precisamente na manifestação ou não manifestação da marca abstrata de número *dentro de barreiras à regência*. Portanto, concluímos que mesmo os falantes que não manifestam marcas de plural dentro de barreiras estão satisfazendo o FI na sintaxe.

A diferença entre os falantes com e sem marca explícita de concordância dentro de barreiras é então uma questão de grau: aqueles exigem uma uniformização do processo de concordância dentro das expressões nominais, independentemente de haver barreira à atribuição de Caso, fazendo uso de uma estratégia que a língua lhes fornece para licenciar essas ocorrências, enquanto estes fazem uma distinção nítida entre contextos sem e com barreiras à atribuição de Caso, sem procurar estratégias alternativas que permitam a realização uniforme da concordância dentro de expressões nominais. Observe-se que não se poderia dizer que os falantes com concordância nesses contextos atribuem o Caso diretamente sobre as barreiras, uma vez que então seria

esperada uma seqüência agramatical, e não é isso o que ocorre. Em outras palavras, ambos os grupos de falantes têm de estar fazendo uso de recursos licenciados pelos princípios universais.

Entretanto, apesar de nosso texto até agora estar sugerindo que um falante que não manifeste o plural nas estruturas com barreiras satisfaz os mesmos princípios universais que um falante com marca de plural nessas mesmas estruturas, reduzindo-se a diferença ao recurso a uma estratégia especial para atribuição de Caso nas estruturas com barreira, de fato haveria uma diferença entre esses dois usos, com relação aos princípios universais. Dado que haveria uma satisfação ao FI em dois planos - o plano semântico e o plano sintático -, e que no plano semântico o FI já estaria sendo satisfeito mesmo dentro de barreiras, é razoável concluir-se que nos usos sem manifestação de número dentro de barreiras percorre-se o caminho mais econômico na derivação: satisfaz-se o FI no nível semântico em todos os contextos, e satisfaz-se a ele no nível sintático estritamente quando fora de barreiras à atribuição de Caso; como a PF já vai manifestar a relação modificador X modificado pelo lado semântico da derivação, a falta de expressão dessa relação na PF pelo lado sintático, nos contextos dentro de barreira, não vai prejudicar a interpretação semântica das seqüências. Ao contrário desse uso, no uso com manifestação de número dentro de barreiras cria-se uma estratégia especial para manifestar a relação modificador X modificado (e então satisfazer o FI) no plano da sintaxe, quando a língua não o exige (mas simplesmente o permite). Portanto, percorre-se um caminho derivacional menos econômico. Em resumo, são os falantes sem concordância dentro de barreiras que satisfazem mais completamente o Princípio da Economia (segundo o qual a derivação se processa do modo mais econômico possível). Daí concluímos novamente que a permanência da concordância de número nesses contextos seguramente se deve à pressão social.

Essa conclusão é favorecida pelo fato mostrado em Scherre (1988) de que para um mesmo falante ocorre variação de uso: ao manifestar o plural dentro de barreiras, ou em contextos em que o traço de Caso entra num processo de combinação de traços com o traço [+Referencial] do determinante, o falante está seguindo a pressão social, e não o caminho mais natural do ponto de vista dos princípios universais, e é exatamente da tensão entre pressão social e princípios universais que surge a variação.

4. Observações finais

O objetivo deste artigo foi tentar apontar como o conhecimento sobre língua pode avançar se reconhecidos os resultados alcançados por abordagens diferentes do mesmo tema. Se tivemos sucesso na nossa empreitada, mostramos que os resultados dentro de um enfoque podem indicar caminhos para as explicações dentro do outro enfoque. No entanto, não estamos querendo advogar o casamento das duas abordagens. Ao contrário, são abordagens diferentes, com objetivos claramente distintos, e o próprio fato de a teoria de princípios-e-parâmetros procurar alcançar o universal, enquanto a sociolinguística variacionista procura analisar a variação no uso, as coloca em campos diferentes. Queremos simplesmente dizer que os resultados de uma podem contribuir para a pesquisa na outra e, propositadamente ou não, ignorar os resultados alcançados na outra abordagem é fazer a pesquisa científica avançar mais lentamente.

(Recebido em 27/12/93)

NOTAS

* A idéia de escrever um artigo relacionando resultados alcançados no âmbito da teoria variacionista com resultados alcançados no âmbito da teoria de princípios-e-parâmetros nasceu após o convite para contribuir neste número em homenagem a Fernando Tarallo. Afinal, que melhor homenagem do que trilhar, pelo menos em parte, um caminho que ele defendia? No entanto, a visão do inter-relacionamento entre as propostas de Scherre (1988, no prelo) e de Lobato (1992, 1993a,b, em preparação) já havia surgido anteriormente, nos Colóquios de Linguística da UnB de 1992 e 1993. Agradeço a Maria Marta Scherre pelas discussões sobre o seu excelente trabalho, durante uma sua apresentação e duas minhas nesses Colóquios e em um encontro pessoal, e por suas valiosas observações a respeito de duas versões preliminares deste artigo. Evidentemente, os erros são de exclusiva responsabilidade minha.

¹ Estamos usando o termo *atual* no sentido do termo inglês *actual*. Esse sentido ocorre em português quando se diz, por exemplo, que o caso nominativo é um atualizador do sujeito.

² Por razões de simplicidade estamos deixando de lado neste artigo o uso do adjetivo em que a expressão nominal resultante é uma proposição sem valor

- espacio-temporal (i.e. é uma proposição que expressa uma relação entre indivíduo e predicado conceitual).
- ³ Os adjetivos predicadores de propriedade são os que entram numa leitura predicativa (Cf. (4b)). Os adjetivos [+P] e [+S] são sempre predicadores, e os [+D] só o são quando em construção com uma projeção máxima.
- ⁴ Por razões de simplicidade, estamos restringindo a análise à categoria dos adjetivos, mas a proposta em Lobato (1993b, em preparação) vai além dessa categoria.
- ⁵ Na proposta de Chomsky (1981:330) a denominação de traços ϕ cobre os traços de pessoa, gênero, número e Caso de um dado núcleo lexical.
- ⁶ Como estamos nos referindo ao manuscrito de Scherre (no prelo), evidentemente haverá divergência entre as páginas citadas e as da versão impressa.
- ⁷ Evidentemente, com essa proposta estamos fazendo uma distinção entre dois tipos de barreiras - as relacionadas com constituintes não L-marcados e em posição de adjunção e as relacionadas com constituintes não L-marcados e em posição de complementação não-temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLINGER, D. (1972) Essence and Accident. English Analogs of Hispanic Ser-Estar. IN: B. KACHRU, et alii (eds). *Issues in Linguistics*. Papers in Honor of Henry and Renée Kahane. Urbana, University of Illinois Press.
- CARLSON, G. (1977) Reference to Kinds in English. Tese de Doutorado, U. Mass., Amherst.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
- ____ (1986a) *Knowledge of Language*. New York, Praeger.
- ____ (1986b) *Barriers*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- ____ (1989) Some Notes on Economy of Derivation and Representation. I. LAKA, & A. MAHAJIAN, (eds). *Functional Heads and Clause Structure*. MIT *Working Papers in Linguistics*, vol. 10.
- KRATZER, A. (1989) *Stage-Level and Individual-Level Predicates*. Ms., U. Mass., Amherst.

- LOBATO, L. (1992) Adjetivos: tipologia e interpretação semântica. São Paulo, USP, 44a. Reunião Anual da SBPC. A sair em *Boletim da Abralin*.
- ____ (1993a) A Relação Caso/Concordância: Evidências Extraídas da Análise dos Adjetivos em Português e Inglês. Recife, UFPE, 45a. Reunião Anual da SBPC. A ser publicado no *Boletim da Abralin*.
- ____ (1993b) *The Typology of Adjectives and the Notion of Abstract Case*. Ms., UnB.
- ____ (em preparação) *Adjectives: Syntactic Structures, Semantic Interpretation and Typology*.
- SCHERRE, M. (1988) *Reanálise da Concordância Nominal em Português*. Tese de Doutorado, UFRJ.
- ____ (no prelo) Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. IN: G. SILVA, & M. SCHERRE, *Padrões Sociolinguísticos*.